



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 03 2015	15h25min	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 21ª
(VIGÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 25 DE MARÇO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Rodrigo Delmasso a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 03 2015	15h25min	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

- Ata da 17ª Sessão Ordinária;
- Ata da 18ª Sessão Ordinária.
- Ata da 19ª Sessão Ordinária.
- Ata da 7ª Sessão Extraordinária.

Considerando que ainda não há quórum regimental – há apenas quatro Deputados presentes: Deputados Rodrigo Delmasso; Agaciel Maia; Prof. Reginaldo Veras e Joe Valle, e são necessários seis Deputados para abrir os Comunicados de Líderes –, a sessão será suspensa.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h33min, a sessão é reaberta às 15h41min.)

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Está reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, demais membros da imprensa que estão aqui, servidores da Casa, hoje venho a esta tribuna repudiar veementemente um projeto de lei que foi apresentado ontem na Câmara dos Deputados pelo Deputado Jean Wyllys, do PSol, que regulamenta, Sra. Presidente, o aborto no Brasil para gestantes com até doze semanas de gestação.

Na contramão do que o Congresso Nacional já tinha aprovado em anos anteriores, já dizendo que o Brasil não é um país do aborto, o Deputado Jean Wyllys de novo traz esta temática ao Brasil, afrontando veementemente a posição já tomada por aquele Congresso.

Sabendo que não é atribuição desta Casa a discussão de temas relacionados ao aborto, quero aqui, como pai, como cristão, declarar o meu repúdio a este projeto de lei, que está em tramitação na Câmara dos Deputados, que regulamenta e autoriza o aborto em qualquer circunstância para as mulheres que estão até na 12ª semana de gestação.

Só para lembrar, Srs. Deputados, o aborto, no Brasil, pode ser praticado em algumas situações, principalmente em mulheres que foram vítimas de abuso sexual. Quero aqui deixar bem claro que o meu Partido Trabalhista Nacional, a bancada do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 03 2015	15h25min	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

PTN no Congresso Nacional e eu como Deputado Distrital somos totalmente contra ao retorno desse debate, que, no nosso ponto de vista, é um retrocesso à defesa da vida.

A Constituição da República Federativa do Brasil considera o feto já como ser vivo e, a partir do momento da sua concepção, ele já é considerado uma pessoa e já tem os seus direitos.

A pergunta que faço aqui neste plenário, nesta tribuna, é: qual a diferença daqueles que praticam o aborto deliberadamente para um assassino, um homicida? Qual é a diferença daqueles que sofrem um homicídio, que são mortos por meio de um homicídio, para uma criança que é abortada? A diferença é que aqueles que sofrem com o homicídio poderiam ter a capacidade de se defender, e a criança, o feto, quando está no ventre da sua mãe, não tem condições de se defender e ali é retirado o seu direito à vida.

Então, hoje, quero aqui, mais uma vez, repudiar o projeto de lei que vai contra os princípios estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, que vai contra os princípios da vida, que vai contra os princípios estabelecidos pelos direitos humanos, pela Carta de Direitos Humanos e, acima de tudo, vai de encontro ao princípio de proteção da criança e do adolescente.

Quero aqui, Sra. Presidente, dizer que apresentarei nesta Casa, amanhã, uma moção repudiando esse projeto de lei e pedindo que a nossa bancada federal, os oito Deputados Federais e mais três Senadores sejam também contra a regulamentação desse projeto.

Deputada Celina Leão, espero que esse projeto seja arquivado na primeira comissão de mérito lá no Congresso Nacional. E eu acredito que a Câmara Legislativa, por ser a Câmara que representa a Capital da República, não pode aceitar que esse tipo de debate vá à frente.

Então, venho a essa tribuna repudiar esse projeto de lei apresentado pelo Deputado Jean Wyllys que é contra a vida, que é contra a família e é contra as crianças da nossa nação.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Rodrigo Delmasso.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (Partido dos Trabalhadores. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de utilizar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 03 2015	15h25min	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

rapidamente essa oportunidade. Em primeiro lugar, eu gostaria de aprofundar um pouco mais esse debate que nós estamos fazendo na Casa, às vezes à boca miúda, como alguns dizem na gíria, sobre eventuais investigações. Citou-se a área da saúde, a área do transporte. Sra. Presidente, não temos absolutamente nenhuma restrição a qualquer investigação. Toda investigação fundamentada e necessária nós temos que fazer. Mas temos que fazer com absoluta consciência dos desdobramentos que uma investigação enseja. E aí nós não podemos fazer investigação de araque, investigação para poder alcançar outros objetivos que não são somente a investigação e suas implicações.

Então, nossa Comissão de Educação, Saúde e Cultura aprovou um requerimento hoje, da lavra do Deputado Juarezão, em que ele propõe um debate sobre a questão da saúde, sobre as irregularidades, para ouvir servidores que têm essas informações. Achei louvável, prudente.

Porém, nós precisamos entender as responsabilidades de quem vai trazer essas denúncias e todos os desdobramentos que isso significa.

A segunda coisa que quero dizer aos colegas diz respeito ao transporte. Não há a menor dúvida de que a cidade estava num estágio no qual o transporte clandestino tomava conta. O Governador Agnelo assumiu a tarefa de construir um plano diretor de transporte urbano, plano da maior importância, porque sistematiza as formas de resolver a problemática. A matéria transporte envolve gratuidades, envolve o conjunto de linhas e um conjunto de outras ações que gerenciam o processo do transporte na nossa cidade.

Eu quero ressaltar a importância de se fazerem as investigações necessárias, como também esse debate, que hoje estamos processando com o Ministério Público, sobre a legitimidade e a legalidade das leis e reestruturação das carreiras. Nós vimos que o Ministério Público entrou com argumentação de 33 proposições. A peça inicial representada pelo Ministério Público levou o Partido dos Trabalhadores a apresentar um estudo com as argumentações, que são razões pelas quais entendemos que a matéria sofreu a devida instrução, não apenas no âmbito do Executivo, mas no âmbito do Legislativo.

Deputada Celina Leão, ontem, quando eu me pronunciei, V.Exa. não estava presente. Eu reconheci que V.Exa. e os Procuradores apresentaram um trabalho extremamente robusto, que recebeu a colaboração de vários servidores desta Casa e de vários Parlamentares, no sentido de convencer o Ministério Público e a nossa Corte, o Tribunal de Justiça, quanto à real fundamentação, Deputada Telma Rufino, de que havia previsões, sim, na Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano, para as proposições votadas no final de 2013.

Também presenciamos a resposta que o Governo do Distrito Federal apresentou na figura da Procuradoria, inclusive encaminhada com a assinatura do Governador. A Procuradora adjunta e o Procurador, que – me parece – elaborou a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 03 2015	15h25min	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

peça, têm clareza da absoluta legalidade. É bem verdade que a Procuradoria é um tanto quanto lacônica, Deputada Telma Rufino. Se uma lei do final do ano de 2013, que tem vigência sobretudo a partir de 2014, votada nesta Casa, é declarada inconstitucional, seus efeitos serão a partir do aval do Tribunal de Justiça.

Ora, se ela é inconstitucional, é inconstitucional desde o seu nascedouro, desde o seu nascimento. E aí, quanto à propositura, a leitura que a Procuradoria dá é a de que as proposições são absolutamente constitucionais, têm a observância da Constituição, da Lei Orgânica e são absolutamente casuísticas. Se eventualmente, e ela é muito clara na conclusão, o Tribunal de Justiça entender que a matéria carece de constitucionalidade, que o faça a partir do ano de 2015.

Eu ainda continuo defendendo que as proposições têm cobertura de legalidade, que os servidores públicos não têm que pagar pelo preço, pela disputa política. Disputa política é uma coisa, e a responsabilidade de quem ganhou uma eleição é assumir as tarefas de gerenciar o Estado e resolver os problemas. É bem verdade que, quando o Governador Agnelo assumiu o Governo do Distrito Federal, nós tínhamos uma série de obras paralisadas, uma série de contratos. Brasília sequer podia realizar contratos no âmbito federal, por estar inadimplente em uma série de questões. Portanto, prefiro pensar que nós, aqui da Câmara, estamos procurando fazer o dever de maneira correta. Qualquer observação crítica, temos que ouvir e aprender.

Mais uma vez deixo nossa solidariedade aos servidores da Polícia Civil presentes na Casa. Nossa solidariedade a essa luta para que a Secretaria de Segurança Pública os convoque, particularmente a Polícia Civil.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Eu gostaria de fazer um esclarecimento, Deputado Rodrigo Delmasso, e considero importante esta Casa se pronunciar sobre a notificação judicial que recebeu com relação aos combustíveis. É importante informar que essa ação é de 2014, na qual o Ministério Público questiona o uso de combustíveis e lubrificantes



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 03 2015	15h25min	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

sem licitação pública. É bom esclarecermos, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que ele não questiona o mérito de esta Casa fazer uso do combustível, como fazem os Poderes Executivo e Judiciário. A consulta do Ministério Público à Justiça é realmente a necessidade de licitar essa verba de combustível. É bom deixar claro que ela é de natureza indenizatória; então, não é de uso coletivo da Casa. É uma verba de natureza indenizatória, como as outras verbas que fazem parte da atividade parlamentar de todos os gabinetes.

Eu queria deixar esta informação aqui com clareza. Nós sabemos que este Poder sempre é, e sempre será, o Poder mais transparente, porque é o Poder que emana da população, do povo. Mas este Poder tem de ser respeitado, tem de se manter de pé e tem que responder a esses questionamentos com legalidade, transparência, como nós estamos fazendo com esse questionamento, Deputado Rodrigo Delmasso. Deputado Chico Vigilante, ontem nós conversamos sobre isso também. É bom deixar claro esse questionamento. O pedido liminar sequer foi aceito pelo Judiciário, que agora pede uma explícita justificativa, uma manifestação dos Deputados e da própria Procuradoria da Casa. Entendemos que esse recurso é legal, é lícito, e as contas, Deputado Prof. Reginaldo Veras, têm que ser feitas de forma transparente também, Deputado Rodrigo Delmasso, Deputada Telma Rufino. Nós gastamos mais ou menos 580 mil reais em combustíveis. Se V.Exas. dividirem esse valor pelos 24 Parlamentares, por 12 meses, dará uma média de 2 mil reais por mês. Não há ninguém que dá volta na lua com 2 mil reais por mês, para um gabinete inteiro usar. É bom lembrar, Deputado Rodrigo Delmasso, que essa verba é de uso coletivo do gabinete, e não do Deputado distrital.

É importante trazer esses esclarecimentos a este Poder, para que ele não seja atacado como tem sido, sem que nos coloquemos de pé e respondamos à altura. Eu acredito que vários Deputados aqui fazem um trabalho de base. Vários Parlamentares aqui, Deputado Prof. Reginaldo Veras, têm gabinete itinerante, como eu, a Deputada Liliane Roriz, o Deputado Agaciel Maia e o Deputado Rodrigo Delmasso. Então, é importante esclarecer isso.

Nós entendemos e achamos legítima a ação do Ministério Público. É o papel dele, a Justiça fará o seu. Esta Casa defende a legalidade, porque a exemplo da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, a verba é remuneratória de natureza indenizatória.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parabênizo V.Exa. pela explicação. Quando isso acontece, deixa-nos muito felizes. O Poder Legislativo é o mais transparente que existe. Isso só acontece porque nós somos transparentes, não temos medo de mostrar onde gastamos. Se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 03 2015	15h25min	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

não fosse transparente, o Ministério Público não teria todos os dados e os insumos, muitas vezes, para montar suas ações.

Parabenizo V.Exa. pela explicação. Por sermos um Poder transparente, estamos aqui nos expondo ao controle do Ministério Público, e isso nos deixa muito felizes. Não existe ilegalidade na utilização da verba indenizatória. É uma verba legal que está destinada em lei, já foi aprovada, sancionada, e é utilizada no Parlamento de todo o Brasil e também no Judiciário.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Rodrigo Delmasso.

Eu quero aproveitar a oportunidade aqui para cumprimentar todos os trabalhadores do Metrô do Distrito Federal, como o pessoal do seu policiamento. Temos um carinho muito especial e entendemos essa como uma luta de carreira mesmo. A valorização desse trabalhador é também a do servidor público, mas principalmente dos usuários que usam esse transporte público. Há uma proposta de emenda à Lei Orgânica de nossa autoria para ser votada. Podem contar com a nossa ajuda para isso. Cumprimento o Pedro e os meninos que estão ali em cima. Sabemos que há várias pessoas aguardando a convocação do concurso do Metrô. Podem contar conosco, até porque percebemos uma tentativa de terceirização de várias atribuições no Metrô, como a de bilheteria. Acompanhamos de perto e temos um questionamento sobre isso no Tribunal de Contas, de minha autoria. No que depender de mim e desses Deputados que se encontram aqui, lutaremos pela nomeação de vocês e contra a terceirização do Metrô.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Sra. Presidente, reforço aqui as palavras de V.Exa. Eu, pessoalmente, estive com a comissão dos aprovados no Metrô, conversei com o diretor e vamos juntos até a nomeação, afinal de contas, o próprio sistema de transporte agradece à população com a nomeação dos senhores. Parabéns por estarem aqui se mostrando presentes e pressionando esta Casa! Como eu costumo dizer, Deputado é movido à pressão, e o Poder Executivo não é diferente. Então, tem de se continuar esse processo.

Hoje, Deputada Celina Leão, venho aqui, primeiro, para dar uma notícia boa, mas também uma não tão boa. A boa é sobre a atuação da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, que, nas suas poucas sessões ordinárias, tem sido bastante produtiva. Eu quero parabenizar os membros que compõem essa comissão: Deputado Wasny de Roure; Vice-Presidente, Deputado Juarezão; Deputada Luzia de Paula e Deputado Rafael Prudente. Na nossa reunião de hoje, houve 100% de presença e muita produtividade. Espero que esse trabalho continue dessa maneira. A Casa e a população do Distrito Federal agradecem.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 03 2015	15h25min	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Este assunto não é agradável, mas, mais uma vez, volto a falar aqui sobre a educação no Distrito Federal. Baseado nessa limitação de contratação estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, ainda temos um quadro deficitário na Secretaria de Educação. Muitos alunos ainda estão sem aula e já se vai mais de um mês de início do ano letivo. Aluno está voltando para casa mais cedo porque não tem professor. As vagas que existem são destinadas a contratos temporários. Como a remuneração para essas vagas não é interessante e a carga é pequena, os profissionais não se interessam, e o aluno é que paga o prejuízo mais uma vez.

O mais grave de tudo, senhores, é que a situação da educação está tão complexa, que temos várias escolas públicas sem diretor e sem vice-diretor. A Lei de Gestão Democrática, infelizmente, não permite a autogestão, porque os professores teriam capacidade para autogerirem suas escolas, mas a lei demanda que haja um representante do Estado. Tentem imaginar o que seria o Metrô sem uma direção para estabelecer as diretrizes e controlar seus servidores e o público. Tentem imaginar o que seria esta Casa sem uma Presidência e sem uma Vice-Presidência. As escolas não têm diretor nem vice-diretor, o que tem levado vários supervisores a pedirem exoneração do cargo. Hoje, oito supervisores de ensino em Brasília pediram exoneração, afastamento de seus cargos, porque não têm competência nem condição de gerir uma escola que não tem diretor nem vice-diretor. A Secretaria de Educação tem de operacionalizar isso.

Peço aqui ao nosso Líder de Governo que já leve essa demanda ao Governador Rodrigo Rollemberg e ao Secretário de Educação, Júlio Gregório. Ou se nomeiam urgentemente os novos diretores ou várias escolas irão fechar por não terem gente para administrá-las, para representar o Estado junto à população.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Assume a Presidência a Deputada Sandra Faraj.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Obrigada, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 03 2015	15h25min	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, primeiro manifesto o nosso apoio, a nossa solidariedade aos trabalhadores do Metrô que pedem a aprovação da PELO nº 71 e a contratação dos novos policiais, metroviários e demais trabalhadores que estão aqui.

Hoje eu quero falar dessa notificação que todos os Deputados receberam ontem com relação ao gasto de combustíveis. Primeiro, eu falo por mim. Cada um fala por si. Desde que fui Deputado Federal, por dois mandatos, desde que sou Deputado Distrital, no terceiro mandato, eu nunca gastei a totalidade da verba disponível. Uma coisa é você ter a verba disponível. Você gasta ou não. Eu não gasto. Também não reclamo de quem gasta, não! Cada um é responsável pelo que faz. O que não pode, Deputado Chico Leite, é colocar todo mundo no mesmo saco. É achar que todo mundo é um gastador voraz. Eu, por exemplo, fiz um levantamento do meu mandato, mês a mês, durante quatro anos. Eu gastei R\$672,00 por mês. Todo mês! Eu uso meu carro. Não sou secretário de Estado, juiz ou promotor que usa o carro oficial, com chapa de bronze, motorista, com gasolina por conta do Estado. Eu não! Uso meu carro, pago com meu dinheiro e mais: a manutenção sou eu que pago. Eu faço questão que seja assim. Portanto, acho que não dá para nivelar todo mundo do mesmo jeito. Se alguém praticou excesso, que seja responsável, mas o que eu não posso é pegar os 24 Deputados, como se eu tivesse dado quarenta voltas em torno da terra. A única volta que eu dei é de Ceilândia para o Plano Piloto, de Ceilândia para Planaltina, Brazlândia, Gama. São as cidades em que ando. E eu ando bastante porque, para fiscalizar o que o governo faz, a gente tem que andar. Tenho todo o respeito, Deputado Chico Leite – V.Exa. é promotor – pelo trabalho dos promotores, mas o promotor, V.Exa. sabe que ele tem reembolso de táxi. Não é isso? Pois tem! Tem! Vai licitar táxi? Como vai licitar gasolina se é cartelizado? Eu, por exemplo, gostaria de poder abastecer lá em Goiás, porque ali em Alexânia, existe R\$0,40 de diferença. Eu iria lá, mas não pode. A nota fiscal de Goiás não vale. Tem que ser nota de Brasília. E mais: a Câmara Legislativa tem uma comissão de funcionários técnicos da Casa, de carreira, que fiscaliza isso. Ninguém dá nota fria aqui porque, se der, é rejeitada. Eu acho que não pode ser desse jeito, porque, na hora em que se generaliza, Deputado Prof. Reginaldo Veras, todo mundo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 03 2015	15h25min	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

fica achando que o Deputado Prof. Reginaldo Veras é um gastador de gasolina e que o Deputado Chico Vigilante está dando não sei quantas voltas na Terra. Eu não faço isso. Agora, eu quero os meios para desenvolver meu mandato. Nunca tive, como Deputado Federal, auxílio-moradia. Os Promotores e os Procuradores agora têm direito a auxílio-moradia em todo o Brasil: R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais). Eu não estou reivindicando auxílio-moradia, não. Quero não.

Ontem eu conversei com o Deputado Dr. Michel, e S.Exa. me disse: “Chico, eu coloco a gasolina quando acaba. Coloco no posto. Chego lá e, se acabar, coloco”. Eu também faço isso. Inclusive, isso é um risco, porque, se só colocamos quando está acabando, isso termina, de certa forma, danificando o motor, porque, como a gasolina não tem qualidade, aquilo que fica no fundo do tanque vai para o motor, e isso termina encarecendo ainda mais para a gente.

Eu quero dizer que sou responsável pelo meu mandato. Economizo e economizo bastante. Nunca gastei a totalidade daquilo a que eu tenho direito para contratação de pessoal. Nunca gastei. E nunca gastei a tal verba indenizatória na sua totalidade. Pelo contrário, durante quatro anos, eu economizei cerca de 60% da verba indenizatória. Economizei e vou continuar economizando. Agora, eu não posso ser tratado como um gastador contumaz, porque a impressão que se passa é que todo Deputado é um... Ora, está ficando difícil fazer política no Brasil, não é? Está difícil para um homem decente, honesto, fazer política, não é? Para o safado, tanto faz. Contudo, o honesto acaba sendo acusado de coisa que não fez. Ficamos realmente revoltados.

A Casa vai fazer muito bem em responder a isso, mas eu vou fazer a minha defesa também e vou encaminhar cópia de tudo o que eu gastei durante quatro anos. O juiz Dr. Jansen foi muito correto: em vez de dar a liminar que o Promotor pediu, ele pediu informação. Nós vamos informar. E vai ser muito bom, porque ele vai ver que há homens decentes e mulheres decentes aqui dentro dessa Casa. Vai ser bom para a sociedade também. Isso é que anima a gente, Deputado Dr. Michel.

Agora, ninguém pergunta quantas horas trabalhamos por dia, se sábado, domingo e feriado, estamos na rua. E não é atrás de voto não, porque, para voto, são só três meses de campanha. Inclusive, Deputado Dr. Michel, ainda há uma diferença: servidor público tem licença para fazer campanha, nós não. Eu não estou pedindo licença para fazer campanha também, mas servidor público tem licença remunerada para fazer campanha. Eu não quero isso.

Vimos aqui constantemente. V.Exa. é testemunha de que, durante o período eleitoral, toda terça-feira, estávamos aqui para votar. Se não votaram, o problema não foi nosso. Nós não éramos donos da agenda. E vamos estar aqui. Agora, é preciso que o Legislativo, no Brasil, deixe de ser a Geni. É preciso que o Legislativo, no Brasil, Deputado Dr. Michel, dê-se respeito, porque, se não valorizarmos o Legislativo, ele termina sendo desvalorizado. Portanto, repito, não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 03 2015	15h25min	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

gastei o que não devia. Gastei, em média, R\$672,00 (seiscentos e setenta e dois reais) por mês. Está lá na minha prestação de contas. Se alguém gastou mais, responda pelo que gastou. Também não vou criticar. Esse foi o meu gasto e me responsabilizo por isso. E nunca utilizei a totalidade da verba indenizatória. Nunca! Nunca usei. Portanto, eu exijo respeito. Eu quero respeito. É isso que eu quero.

PRESIDENTE (DEPUTADO SANDRA FARAJ) – Obrigada, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos e a todas. Eu quero cumprimentar os meus nobres policiais que aqui se encontram, porque realmente é de policiais como vocês, que vivem essa vida incansável, que nós precisamos. Isto vocês vão ver lá na Polícia quando vocês estiverem fazendo uma investigação: nunca se pode desistir, porque sempre o vagabundo pode aparecer, assim como a nomeação deve estar pintando por aí. Fiquem tranquilos.

Eu também não poderia deixar de cumprimentar pela faixa ali: “Para a cultura não acabar, concursados, nomeados já”. Muito bonito o jargão. Eu venho dizendo diuturnamente que nós precisamos dar valor aos concursos públicos. E como se dá valor ao concurso público? Nomeando as pessoas que passam, senão acabamos frustrando aqueles que estão nos cursinhos, que dedicam suas vidas a conseguirem um lugar na sombra – porque, no sol, queima, pessoal. Não vai nessa de lugar ao sol, não. Vão para a sombra. Então, eu quero aqui me ombrear com vocês da cultura. Podem ter certeza disso. Unam-se, porque, lá na frente, um vai para a polícia, e outro, para a cultura. Acredito que temos que unir os concursados para cobrarmos dos governantes a responsabilidade da nomeação. Não é justo! Quantos pais de família largaram seus empregos, largaram seus estados, vieram para cá, passaram num dos concursos mais difíceis que há hoje e ficam aí mendigando nomeação? Isso é um absurdo, Sra. Presidente! Isso é um absurdo!

O Deputado Prof. Israel é um camarada que labuta na área dos cursinhos. O Deputado Prof. Reginaldo Veras, que é um homem também que vive da educação, sabe da dificuldade que é passar num concurso. Deputado Prof. Reginaldo Veras, ter que andar com o pires na mão solicitando, mendigando nomeação é um absurdo.

Eu acho que este Parlamento tem que tomar uma posição. Eu diria que nós deveríamos fazer obstrução qualquer hora dessas só para ver como é que fica a história: não votar nada enquanto não se nomear. Pense que coisa bonita, bacana, maravilhosa. Mas por que vocês estão em obstrução? Os homens fazem concurso, pagam taxa, vão para academia, fazem isso, fazem aquilo e não são nomeados. Nós, que fomos eleitos pelo povo, somos solidários, porque, ao fazermos isso e eles serem nomeados, eles estarão prestando um serviço à comunidade – aquilo que eu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 03 2015	15h25min	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

me propus a fazer. Indiretamente a nomeação deles vai servir ao povo segurança e cultura, que foi o que eu me propus a fazer quando saí candidato.

Eu acho que hoje não, mas, no dia em que este plenário estiver cheio e o povo vier, eu vou falar: pessoal, vamos fazer uma obstrução nesse trem aqui. Aí nós vamos ver se sai ou não sai a nomeação.

Esse povo é pago com o Fundo Constitucional, não entra na LRF. Eu acho que os assessores do Rodrigo não estão falando a verdade para S.Exa. Rodrigo é um homem sério, é um homem trabalhador, é o nosso Governador. S.Exa. sabe do que estou falando. É preciso, sim, o pessoal lá do Planejamento abrir lá e falar: "Rodrigo, realmente nós erramos aqui. Esse povo é do Fundo Constitucional, não entra na LRF. Nomeia". Garanto que, no outro dia, Rodrigo vai nomear vocês. Nós vamos fazer isso. Deixem comigo, fiquem tranquilos.

Outra coisa que quero falar é que venho me ombrear com o nobre e Exmo. Sr. Deputado Chico Vigilante. Eu acho que o Ministério Público tem toda legitimidade, mas dê nome aos bois, não venha com essa história de 24 Deputados, não. Que história é essa? Conversa furada, conversa mole para boi dormir. Se há algum Deputado que está fazendo coisa errada, que vão em cima dele, mas botar todo mundo na mesma panela está errado.

Eu, por exemplo, não tenho medo de nada. Eu não faço nada errado e, se eu estiver errado, eu respondo pelos meus atos. Sou maior, sou vacinado, sei o que quero, sei o que é bom, sei o que é ruim. O que não pode é botar todo mundo na panela. Eu abasteço o carro de acordo com a necessidade, quando vou ao trabalho, no primeiro posto que houver. Então, vamos fazer uma licitação. "Michel, você vai rodar onde hoje?" "Vou rodar em Ceilândia". Então, faça uma licitação hoje para abastecer em Ceilândia, porque meu carro está vazio. Aí vamos fazer todo aquele aparato, fazer a licitação hoje para lá. "Amanhã você vai rodar para onde?" "Amanhã eu vou à Fazenda Larga, em Planaltina". Faça uma licitação para lá. Ou seja, vão ser trinta licitações por ano, porque é uma por mês. Eu vou dar o calendário, e assim nós faremos.

Isso é um absurdo, está passando dos limites! Tudo tem um limite. Nós aqui não podemos nos agachar, porque minha mãe já disse: "Quem se abaixa..." Vai aparecer lá o que não se deve falar aqui, senão vão me cassar por decoro parlamentar. Se a pessoa muito se abaixa, o fundo aparece. Isso aí não tem problema falar, não. Nós estamos aqui nos abaixando diuturnamente. Então, acho que a Procuradoria tem que fazer a defesa e cada um de nós tem que dar as informações que são solicitadas. Que me desculpe o Deputado Chico Leite, mas acho que o Ministério Público está sem o que fazer. Tanto ladrão que há neste país! Ladrão para todos os lados, e ele vem aqui, querendo nos colocar em uma vala comum, de ladrões de petrolão, de mensalão, de tudo que é "ão" que existe. Pelo amor de Deus! É muita baixaria um Deputado subtrair merreca de combustível. Se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 03 2015	15h25min	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

for para ser ladrão, que seja pelo menos de coisa grande! Pelo amor de Jesus! Não vem com mixaria para cá, não, porque tem que levar é um chicote! Os Deputados que chegaram a esta Casa agora, pior ainda! E o Deputado Chico Vigilante, que já tem duzentos anos nesta Casa? Deus me livre! Imaginem a situação por que estamos passando!

Deputado Chico Vigilante, subi hoje à tribuna, para me ombrear a V.Exa. Quero parabenizá-lo pelo seu discurso e pela sua coragem, porque poucos têm coragem de enfrentar o Ministério Público. O Ministério Público não é nada mais nada menos do que servidor público, para servir ao público, mas fica procurando chifre em cabeça de cavalo. Se tiver, dê nome aos bois! "Eu quero a prestação de contas do Deputado Dr. Michel". Pode ser a minha. Eu vou lá apresentar. "Está errado aqui. Errou por dolo ou por culpa? Se for por dolo, meu amigo, você vai para o 'pau'! Se for por culpa, vai para o 'pau' também". Porque lá, não pode haver nem culpa nem dolo. É isso que tem de existir.

E o jornal também não perde e diz: "Vinte e quatro Deputados". Você vai à rua e o povo diz: "Já está roubando até combustível?" Por favor. Ninguém aqui é ladrão. Ninguém aqui precisa dessa porqueira não.

Sra. Presidenta, quero agradecer a benevolência de V.Exa. Agradeço ao Deputado Prof. Israel e ao Deputado Prof. Reginaldo Veras por terem me deixado citá-los na questão da educação. Quando falamos em concurso, estamos falando de educação. Esses meninos estão preparados. Esse povo que passa em concurso está preparado. Concurso, por menos candidatos por vaga que haja, tem o dobro e mais um.

Deputado Prof. Israel, quero dizer a V.Exa., que foi um dos precursores da Lei dos Concursos, que isso não pode acontecer em plena Capital da República. Não pode. Essas pessoas fizeram o concurso em 2013 e 2014. Então, já é hora de nomeá-los.

Agradeço à Presidente desta sessão e também ao Deputado Prof. Israel e ao Deputado Prof. Reginaldo Veras pela benevolência de terem me deixado citar os seus nomes. Na educação, vocês são referência. Aliás, vocês são referência não só na educação, mas também como Parlamentares.

Muito obrigado pela oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Deputado Dr. Michel, obrigada.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, precisamos valorizar a nomeação dos concursados. Há uma grande confusão em Brasília, porque temos ocupado espaços de concursados com pessoas que não são



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 03 2015	15h25min	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

concursadas e que exercem a mesma função dos concursados. Pior do que isso é permitir que essas vagas dos servidores concursados não existam, quando há necessidade de trabalho a se fazer. Existem tantas possibilidades de corte. Existem tantas possibilidades de economia de recursos públicos, que para mim essa opção de não nomear o servidor quando se tem claramente a necessidade dele é a pior.

Aprovamos, nesta Casa, a Lei Geral do Concurso Público, que trouxe grandes avanços para os concursos em Brasília, entre eles, a previsão de um cronograma de nomeações no edital. Infelizmente, a Lei Geral do Concurso veio depois do concurso de vocês, senão não estaríamos enfrentando esse problema tão grave hoje em dia. Outra coisa que eu queria dizer é que a visão do concursando de hoje, da pessoa que é aprovada em um certame, é muito diferente da visão que se tinha alguns anos atrás. Há algum tempo, a pessoa fazia concurso para ganhar um emprego que daria a ela estabilidade, um bom salário, no qual ela não precisaria se esforçar. Fico muito feliz, porque a forma de pensar dos concursandos está mudando, eles querem ser aprovados em um concurso público para fazer diferença, para romper com as práticas do mau serviço público, que, infelizmente e comprovadamente, ainda é uma característica no nosso país. O serviço público, no Brasil, concede estabilidade, concede salários maiores do que os da iniciativa privada, e a cultura do servidor público, especialmente o da velha guarda, é uma cultura nociva, a de que aquele é um emprego, uma boquinha eterna, porque ele passou em uma prova um dia e por isso não pode mais ser avaliado e não tem mais que responder à sociedade.

Então, quero dizer a vocês que aguardam nomeação: contem comigo, mas contem comigo para cobrança também, porque, quando ingressarem nas fileiras do serviço público, nós, sociedade brasileira, não poderemos aceitar a repetição desses vícios do serviço público. Eu diria que passar em um concurso público – aí me permitam ter uma pequena discordância com o Deputado Dr. Michel, não chega a ser discordância – não é ganhar um lugar à sombra, não, é ganhar um motivo de vida, uma dedicação à vida, para uma profissão, um trabalho importante. É preciso lembrar que o patrão não é o governo, o patrão é a doméstica, que pega três ônibus por dia para ir trabalhar, o patrão são as onze famílias pobres, cujos impostos pagam os seus salários. Esse que é o patrão, o pobre desgraçado, cuja única esperança é você, que está na ponta, prestando um serviço público para ele, que é o seu patrão e nem sabe disso, porque a nossa sociedade ainda é uma sociedade sem educação.

Eu queria deixar este registro aqui: lugar à sombra é só um jeito de falar. Na verdade, passar em um concurso público tem que ser, em um país civilizado, arregaçar as mangas e romper com essa lógica de estabilidade profissional e altos salários, que fazem com que o nosso serviço público seja, nesse sentido, um dos mais antiquados do mundo.

Obrigado, gente! Espero que vocês levem essa informação e contem comigo no apoio para a nomeação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 03 2015	15h25min	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Deputado Prof. Israel, Deputado Dr. Michel, duas questões interessantes. Parece que vamos ter de acrescentar capítulos à Lei Geral dos Concursos Públicos, uma última etapa: a pressão para ser nomeado. Ou seja, o Distrito Federal acaba de criar mais uma etapa no concurso público, e nós desconhecíamos. Essa que é a verdade.

Em relação à questão dos combustíveis, Deputado Dr. Michel, não nos vai adiantar fazer processo licitatório, porque o mercado é cartelizado e todo mundo vai ofertar o mesmo preço. Essa é questão.

Obrigado.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde, Sras. e Srs. Parlamentares, galeria, jornalistas aqui presentes, pedi esse tempo hoje para trazer a esta Casa, Deputado Chico Vigilante, um assunto que eu acreditava que fosse realmente página virada em Brasília, mas infelizmente não foi como imaginei.

Tive a triste notícia, no início desta semana, de que o Governador Rodrigo Rollemberg havia vetado o meu projeto de lei, que coíbe alterações urbanísticas na Quadra 901 Norte. Em resumo, a minha proposta resguardaria o projeto original de Lúcio Costa, que prevê apenas equipamentos comunitários e de lazer naquela região, diferentemente do que ocorreu na mesma projeção localizada na Asa Sul, onde prédios e prédios foram erguidos, sem respeito algum com a ideia horizontal e espaçada de nossa cidade. Todos aqui, acredito, foram testemunhas da minha luta, nos últimos quatro anos, contra aquele polêmico e absurdo PPCUB e a forma como queriam entregar Brasília para a especulação imobiliária. Eu achava que essa história já estivesse morta. No entanto, o veto do Governador ao meu projeto de lei mexeu com as empreiteiras como um menino faz num formigueiro. E agora cria-se novamente aquela aura de que novas projeções poderão ser vendidas nas áreas mais valorizadas de nossa Capital.

O Governador alega que a matéria é inconstitucional, o que, perdoem-me os meus colegas governistas, acho muito complicado de se afirmar. Esse mesmo projeto foi aprovado, Sra. Presidente, por unanimidade em todas as comissões por onde passou, inclusive na de Constituição e Justiça, onde se analisa a legalidade das propostas. Isso não se dá apenas por notáveis conhecedores da legislação – como



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 03 2015	15h25min	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

exemplo cito o Deputado Chico Leite –, mas principalmente por servidores desta Casa que estudaram criteriosamente essa matéria pautada pelas comissões.

Fiquei ainda mais espantada porque soube do veto apenas por veículos oficiais do Governo do Distrito Federal. Não recebi sequer, Deputado Ricardo Vale, um recado que fosse do Governador ou pelo menos de sua equipe que trabalha no relacionamento com esta Casa. Vejam bem, sou da base governista e uma das maiores defensoras do Governo Rollemberg neste Parlamento. Os senhores bem sabem disso. Então é ou não é de se estranhar essa atitude?

Não estou aqui por presunção, por orgulho, mas somente para ver uma proposta minha virar lei. Já tenho várias sancionadas ou promulgadas. Não é esse o caso. O que quero, meus colegas, é que o meu projeto, que nasceu fruto de muitas conversas com especialistas, juristas e, acima de tudo, com defensores do Distrito Federal, da nossa Brasília, seja no mínimo respeitado, porque ele reflete o que a população quer, Deputado Dr. Michel.

Se o Governador encontrou algum problema técnico que seja e tivesse que, por isso, vetar a minha proposta, ele tinha que vir a público esclarecer os motivos, mas, já de antemão, com o compromisso claro de que esse pesadelo não voltaria a assombrar nossa cidade. Um pacote de medidas, não sei a forma. Sei apenas que isso não ocorreu.

Por isso, Sra. Presidente, já que não houve aceno algum do GDF sobre a preservação do nosso tão ameaçado tombamento, volto hoje a esta tecla e solicito a cada um dos meus colegas que analisaram o projeto nas comissões, que o votaram em primeiro e segundo turno no plenário desta Casa, que mais uma vez nos ajude. Não é um pedido pessoal, de Liliane, não. É um pedido por Brasília, por nossa qualidade de vida e, principalmente, Deputado Ricardo Vale, por nossa história. Vamos derrubar esse veto para acabar com a animação desses empreiteiros que aí estão e que começam a se movimentar em busca das licitações para se construir na 901 Norte.

Já que há morosidade do governo – porque eu ainda não consigo acreditar que seja uma mudança de opinião do Governador –, nós temos que trabalhar nesta Casa, Sra. Presidente, para evitar a permissão de um novo aglomerado urbano no centro de um patrimônio histórico, fruto do trabalho de Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e do eterno Presidente Juscelino Kubitschek.

Não me venham cobrar postura governista, Deputado Dr. Michel, numa situação como esta. Jamais permitirei isso! Sou governista, sim, mas, acima de tudo, sou filha de Brasília. Vi, como muitos, esta cidade nascer e, com todo respeito, não há governo no mundo que tenha capacidade de se colocar acima do amor que eu tenho pela minha cidade, que é e sempre será Brasília.

Era isso o que eu tinha a dizer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 03 2015	15h25min	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Muito obrigada.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Deputada Liliane Roriz, plagiando a senhora mais ou menos dois anos atrás, venha para o lado de cá! Pode ter certeza de que vai ser bom. Estou falando, venha para o lado de cá. A senhora não me convidou aquela vez para vir para o lado de cá? Então, venha para o lado de cá agora. Venha aqui junto comigo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO SANDRA FARAJ) – Obrigada, Deputado.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores da imprensa, servidores desta Casa, galeria que assiste a nós, à qual quero dizer que tem o meu apoio incondicional, estou nesta tribuna hoje, Sra. Presidente, por dois motivos e dois motivos que me dão alegria.

Um deles é para cumprimentar o estado e o município onde eu nasci, Patos de Minas–MG. Eu tive a grata satisfação de receber hoje a visita do Secretário de Fazenda do Município de Patos de Minas–MG, Dr. Kelson, juntamente com a associação que está ali representada pela Dra. Margarida e pelo Dr. Paulinho, também filhos de Patos de Minas. E quero aqui saudá-los e agradecer-los pela visita. Estou feliz com as informações que recebi, principalmente da Secretaria de Fazenda de Patos de Minas, quando demonstra o compromisso principalmente com os pilares que são os mais importantes para o crescimento e o desenvolvimento de um município e de uma cidade.

Patos de Minas tem hoje 150 mil habitantes, e o Dr. Kelson me informou que foi aplicado na educação um percentual acima daquilo que é determinado, quase 30%, e a mesma coisa na saúde. E nós sabemos que a saúde daquele município é uma saúde que vem sendo tratada com muito respeito.

Parabéns, Patos de Minas, parabéns pela luta e pelo esforço! É um município que tem um povo aguerrido, um povo determinado, mas que tem também políticos comprometidos com o desenvolvimento daquele município e do Estado de Minas Gerais.

Também quero aqui ressaltar que, nesta semana, Ceilândia está comemorando seus 44 anos. Ceilândia, na sua extensão territorial, não chega a um décimo ou diria a um milésimo da extensão do território de Patos de Minas e hoje tem aproximadamente 600 mil habitantes e completa 44 anos com muitas dificuldades, principalmente na área de saúde.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 03 2015	15h25min	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Eu sempre fiz um paralelo entre o município em que nasci e a cidade onde moro, principalmente quanto à área de saúde. Lá há equipamentos públicos suficientes para atender aquela população, para atender aquele povo. Em Ceilândia, temos apenas um hospital público para atender não só a nossa RA, mas também as cidades e municípios do Entorno. Aos 44 anos, também temos que ressaltar, é uma cidade aguerrida, é uma cidade determinada, mas que espanta. Ontem eu recebi um dado que me assustou. Eu conhecia, mas não conhecia com os pontos e com todos os dados que foram apresentados. Nós temos lá o Setor Sol Nascente, ocupado por uma enorme população que conhecemos, principalmente o Deputado Chico Vigilante e eu, que moramos ali nas adjacências.

Ontem, Deputado Chico Vigilante – sei que V.Exa. sabe desse dado –, fiquei estarecida quando me foi apresentado que, de 2003 até 2014, só o Trecho 3 aumentou centenas e centenas de vezes – por que não dizer quase um milhar de vezes? – o seu número de habitantes. Hoje, só no Trecho 3, temos 40 mil pessoas morando. Nós sabemos que esse crescimento desordenado tem nos trazido algumas preocupações, e elas avançam.

Tivemos ontem uma ocorrência que, com certeza, se não houvesse essa quantidade de problemas que atingem as pessoas, se não houvesse as necessidades que temos naquela cidade, não teria acontecido: o alagamento de duas escolas, uma delas lá no Setor P Sul, onde mora o Deputado Chico Vigilante, e o arrastamento de um veículo também nesse setor. Isso nos preocupa. Venho aqui hoje dizer que, aos 44 anos, Ceilândia já é uma cidade madura, mas ao mesmo tempo tem problemas de cidades antigas.

Precisamos dar as mãos. Clamo aqui a todos os 24 Parlamentares que nos ajudem encaminhando àquela cidade os recursos necessários para mudá-la, dando àquele povo a qualidade de vida que ele merece.

Queria ressaltar aqui que, amanhã, o Câmara em Movimento vai estar naquela cidade. Tanto eu quanto o Deputado Chico Vigilante e o Deputado Reginaldo Veras estamos ansiosos para receber todos os que comparecerem. Nós não teremos condições de recebê-los com a comida nordestina, que é típica da nossa cidade, mas os receberemos com muita alegria, porque nós sabemos da importância da presença desta Casa amanhã lá em Ceilândia, às 15h, no centro da cidade.

Então, eu gostaria de fazer um convite a todos para que estejam lá conosco ouvindo a população e tentando solucionar o mais rápido possível aquilo que for possível solucionar a curto e a médio prazos, jamais em longo prazo. (Palmas.)

Obrigada, Sra. Presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Obrigada, Deputada Luzia de Paula.

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 03 2015	15h25min	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o *Correio Braziliense* de hoje traz uma matéria sobre o problema que aconteceu com o agente do Detran. Ele estava fazendo aquela fiscalização normal, aquela inspeção de rotina nos veículos, e um major do Corpo de Bombeiros acabou fazendo a apreensão da arma desse agente.

Na semana passada, estive na assembleia daqueles trabalhadores. Dentro do órgão, existe uma indecisão sobre a questão do armamento. Coloquei, naquele momento, a importância de os agentes do Detran usarem os *tasers*. Considero a atividade do Detran, dos agentes do Detran especificamente, uma atividade de risco. Eles estão abordando veículos em horários diurnos e noturnos. Muitas vezes, nessas abordagens, naquele veículo pode estar ocorrendo um sequestro relâmpago, ou tráfico de droga, naquele veículo pode estar qualquer tipo de pessoa. A gente torce para que as pessoas sejam de bem, mas lá também pode haver pessoas do mal.

Hoje existe uma Adin tramitando no TJ sobre uma lei do ex-Deputado Cláudio Monteiro, a Lei nº 1.398, de 10 de março de 1997. Essa lei permitia que os agentes do Detran pudessem trabalhar armados.

O que acontece hoje é que isso está na Adin, e boa parte, vejam... As carreiras são da segurança pública. Isso foi um policial civil quem propôs – o Cláudio Monteiro é policial civil. Essa carreira do Detran está subordinada à Secretaria de Segurança Pública, e um major vai lá e dá voz de prisão para o agente do Detran, que é da segurança pública. Então, o que me parece é que nem no próprio governo, nem dentro da própria carreira de segurança pública – vamos dizer que esse é um grupo em que todos estão fazendo a segurança pública; o Detran está na segurança do trânsito e na prevenção –, nem entre eles existe um consenso. Isso gerou a polêmica que os jornais trazem hoje. Hoje, 30% do Detran trabalha armado; a outra parte não trabalha armada por conta da discussão dessa lei.

Então, como sugestão, eu trago hoje ao plenário da Câmara Legislativa duas questões. A primeira é a autorização do uso dos *tasers*. É importante o Governador tomar essa decisão política, para que os agentes possam fazer as abordagens com mais tranquilidade. A segunda questão é chamarmos para dentro da Câmara Legislativa a discussão sobre o porte de armas dos agentes. É importante que o governo defina esse papel do Detran – se os agentes poderão usar armas ou não. Assim, cessaria esse tipo de constrangimento ao qual o agente do Detran foi submetido recentemente.

Portanto, é fundamental que o governo tome essa decisão política de liberar os *tasers*. Ao mesmo tempo, é fundamental que façamos a discussão, inclusive na esfera jurídica, sobre a possibilidade ou não de os agentes do Detran trabalharem armados. Vamos chamar aqui a OAB, o Sindicato dos Médicos, que tem se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 03 2015	15h25min	21ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

posicionado, o Ministério Público, a população em geral, as entidades organizadas, para fazermos esse debate e, de uma vez por toda, definirmos se eles trabalharão armados ou se realmente não vão poder trabalhar armados.

Essa é minha consideração de hoje, e eu gostaria muito que V.Exa., na condição de Presidente, levasse esse encaminhamento ao Governador.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Obrigada, Deputado Cristiano Araújo.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Esta Presidência informa que a sessão ordinária de amanhã, dia 26 de março de 2015, quinta-feira, será realizada em Ceilândia, conforme deliberado na reunião da Mesa Diretora em 12 de março de 2015, dando continuidade ao projeto Câmara em Movimento. O local será na Ceilândia Centro, em frente ao Restaurante Comunitário.

Não havendo *quorum* para deliberação, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h48min.)